

JORNAL DO SENADO

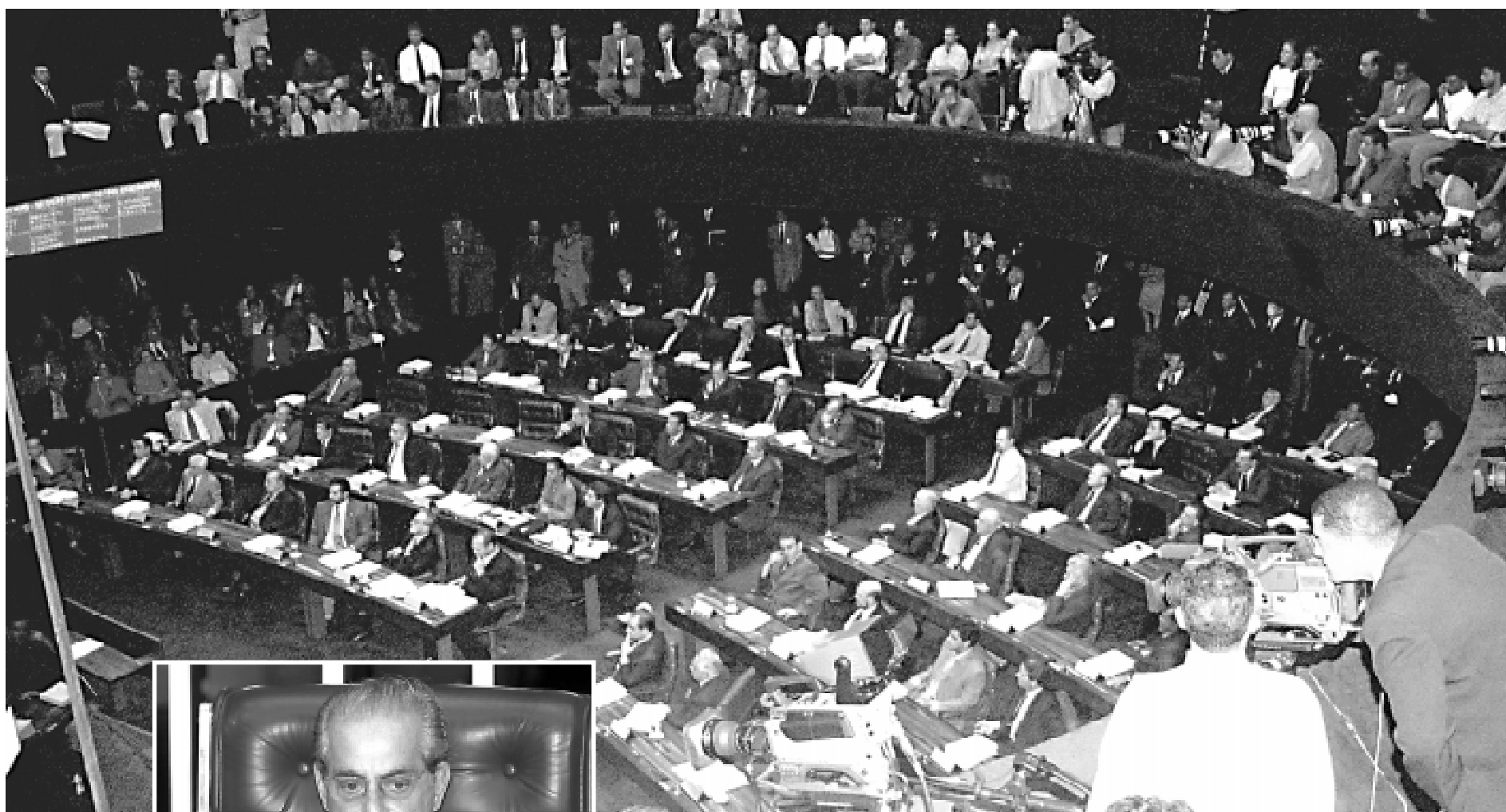
ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.482 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2002

Tebet promete cumprir pauta e pede esforço para votar MPs

“Nós não vamos parar de votar”, afirmou o presidente do Senado ao dirigir apelo às lideranças para que colaborem no exame de 17 medidas provisórias incluídas na Ordem do Dia a partir de hoje

PÁGINA 3



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Tebet espera que o exame das medidas provisórias não prejudique o ritmo de trabalho do Plenário do Senado

Fogaça: TSE fere autonomia partidária

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre coligações “marionetizou a política”, retirando a autonomia dos partidos, na opinião de José Fogaça. O senador quer votar logo a proposta que garante a independência das organizações partidárias.

PÁGINA 2

CAE examina autorizações de crédito externo

Operações de crédito externo superiores a US\$ 340 milhões devem ser analisadas hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos. O pedido de maior valor beneficia o programa rodoviário de Santa Catarina

PÁGINA 4

Para Fogaça, verticalização das coligações "marionetizou a política"

Falando em Plenário, senador afirmou que decisão do Tribunal Superior Eleitoral retirou autonomia dos partidos e deu às cúpulas poder para impor coligações "de cima para baixo"

O senador José Fogaça (PPS-RS) afirmou ontem que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) "marionetizou a política", ao aprovar a verticalização das coligações partidárias. A decisão do TSE, disse o senador, retirou a autonomia dos partidos. Se vigorar a decisão do Judiciário, argumentou, as cúpulas partidárias poderão fazer a coligação que bem entenderem, "às vezes a mais espúria, a mais irracional, e os estados terão de se ajoelhar, porque ela será imposta de cima para baixo".

A partir da decisão do TSE, o senador entende que passa a haver dois tipos de políticos no Brasil: o localizado na esfera do poder de Brasília, "que é supremo e absoluto", e o dirigente regional partidário. Este, disse ele, mesmo em estados como São Paulo, com mais de 32 milhões de eleitores, ou Rio Grande do Sul e Minas Gerais, perderá o poder de decisão e a capacidade de se autodeterminar quanto a seus projetos de desenvolvimento.

Para tentar reverter a decisão do TSE, Fogaça solicitou ao presi-

dente Ramez Tebet que incluía na Ordem do Dia a proposta de emenda constitucional que garante aos partidos políticos o direito de autonomia. Trata-se, segundo ele, do único instrumento executável para garantir aos partidos a escolha dos seus dirigentes, a determinação dos seus programas ideológicos e políticos e, principalmente, da natureza das coligações que pretendem realizar.

Como a matéria precisa ser votada até o final de junho, o senador destacou a necessidade de se dar maior celeridade à PEC, que já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

José Fogaça também criticou o Supremo Tribunal Federal, que, "por fuga de responsabilidade, lavou as mãos e deixou que o processo de marionetização do país se estabelecesse".



Fogaça pede ao presidente do Senado que inclua PEC na Ordem do Dia para reverter decisão do TSE

RAMEZ TEBET

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem que não haverá tempo hábil para aprovação da proposta de emenda constitucional que confere autonomia aos partidos para definir alianças distintas nos âmbitos estaduais e federal antes das eleições. Por outro lado, decreto legislativo no mesmo sentido foi aprovado pelo Senado e aguarda exame na Câmara dos Deputados.

– Se for aprovado o decreto legislativo na Câmara, a verticalização cai – afirmou.

Tebet disse que a PEC que deruba a verticalização começa a ser examinada hoje no Senado, sendo necessárias cinco sessões de discussão em primeiro turno para que a matéria entre em votação. Se aprovada, vai a votação em segundo turno, com três sessões de discussão. Aprovada em segundo turno, a matéria repete a mesma tramitação na Câmara dos Deputados.

– É só fazer a conta; é muito difícil aprovar até junho – disse.

Quanto à PEC que prorroga a CPMF, Tebet afirmou que deve levar entre 40 e 60 dias para ser aprovada no Senado.

– É difícil haver supressão de prazos na tramitação de PECs. Só haveria quebra de interstício com acordo unânime entre líderes – afirmou.

Em relação à possibilidade de mudar de 90 para 15 dias o prazo para a entrada em vigor da prorrogação da CPMF, Tebet lembrou que só se a lei for mudada. "De outro modo, tem que cumprir a lei."

Condecoração a Alberto Fujimori poderá ser anulada

A Ordem do Cruzeiro do Sul concedida em 1999 pelo governo brasileiro ao ex-presidente do Peru Alberto Fujimori poderá ser anulada. A decisão será tomada hoje pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que analisará projeto de decreto legislativo de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), solicitando a anulação da outorga. Se aprovado pela CRE, o projeto segue

para o Plenário.

Na justificativa do projeto, Requião afirma que "constitui uma afronta ao povo brasileiro a manutenção de tal honraria, concedida a um líder político que, no exercício do poder em seu país, violou as mais elementares garantias democráticas e os mais fundamentais direitos humanos, fraudou a sua reeleição, tendo finalmente deixado o governo sob graves acusações de corrup-

ção". O relator da matéria, senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), é favorável à proposta de Requião.

Na mesma reunião, a CRE analisa relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditoria feita nas embaixadas do Brasil em Helsinque, Kiev, Ancara e Atenas. Será examinada ainda a indicação do diplomata Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, embaixador junto à Repú-

blica da Áustria, para exercer o cargo, cumulativamente, junto às Repúblicas Eslovaca e da Croácia.

Será também apreciada pela CRE a indicação do diplomata Marco Antônio Diniz Brandão para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador junto ao Reino da Tailândia, o mesmo cargo junto ao Reino do Camboja e à União de Mianmar (ex-Birmânia).



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h – Recebe Paulo Jobim Filho, ministro do Trabalho e Emprego

11h – Recebe o presidente da Caixa Econômica Federal, Valdey Albuquerque

11h30 – Recebe o ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior

12h – Audiência com Paulo Pennacchi, presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores, e Célio Aparecido Navarro, presidente da Associação Sul-Mato-Grossense de Atacadistas e Distribuidores

15h30 – Sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: MP nº 16/01, altera a legislação tributária federal; MP nº 17/01, dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Condécine); MP nº 18/01, dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo (GLP); MP nº 19/01, abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R\$ 13 milhões; MP nº 20/01, abre crédito extraordinário no Orçamento de Investimento para 2001 em favor de diversas empresas estatais, no valor de R\$ 2,8 bilhões, e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R\$ 1,8 bilhão; MP nº 21/02, institui o auxílio-aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem (Profae); MP nº 22/02, altera a legislação tributária federal; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 87/99 (votação nominal), sobre a competência das guardas municipais; entre outras proposições.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

11h – Comissão mista destinada a examinar a MP nº 10/01, altera a Lei nº 8.745/93, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público
Pauta: instalação e apreciação do PDL. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

14h30 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

14h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

17h30 – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

18h – Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir os PLSs nºs 122, 198, 223 e 356, de 1999; 73 e 203, de 2000; e 101 e 185, de 2001, que alteram a movimentação das contas vinculadas do FGTS.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

MPs não devem obstruir votações, afirma Tebet

Segundo presidente do Senado, as 17 medidas provisórias que começam a ser votadas hoje não impedirão o cumprimento rigoroso da pauta

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem que a pauta do Senado será cumprida rigorosamente, e não deverá ser obstruída pelas 17 medidas provisórias (MPs) que entram em votação na Casa a partir de hoje. "Nós não vamos parar de votar no Senado. As MPs têm preferência e vamos colocando em votação na ordem de chegada", disse. Tebet pediu a colaboração das lideranças partidárias, a fim de que a pauta se mantenha livre.

— Medida provisória é exceção, o governo tem que ser mais econômico na sua emissão. O Executivo tem que compreender isso,

sob pena de dar um tiro no próprio pé, que é o que está ocorrendo. Mas o Executivo não pode reclamar do Congresso. Se há matérias de interesse do governo que o Congresso não tem votado é porque existem matérias do próprio Executivo travando a pauta.

Ele explicou que o prazo para votação das MPs expirou no dia 15 de abril, mas o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, prorrogou-o por mais 60 dias. "Isso não quer dizer que as MPs não estejam mais sobrestando a pauta de votações, porque a prorrogação não restaura o prazo inicial de tramitação, que se esgo-

tou em 31 de março passado."

Quanto à proposta de emenda à Constituição (PEC) que abre os meios de comunicação ao capital estrangeiro, Tebet afirmou que será cumprido o regimento e que a matéria, cuja discussão foi iniciada semana passada, entrará em votação assim que for possível.

Em relação à MP que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), Tebet disse que a medida será votada assim que chegar ao Senado. Mudança de prazos para agilizar a votação só ocorrerá se houver unanimidade entre as lideranças, afirmou.

Correção da tabela do IR pode ser decidida hoje

O Plenário começa a discutir hoje sete medidas provisórias, entre elas o projeto de conversão da MP que corrige em 17,5% a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. As medidas provisórias trancam a pauta e outras matérias só podem ser votadas após o exame das MPs.

Essas são as primeiras medidas provisórias encaminhadas ao Senado, de um total de 17 que os deputados aprovaram na semana passada. Elas já têm mais de 45 dias de publicação e, por isso, devem ser votadas antes de qualquer outro projeto.

A MP do Imposto de Renda gerou polêmica na Câmara, pois



Calheiros ameaça obstruir se a Câmara não votar projeto que garante coligações

substituiu, com modificações, projeto do senador Paulo Hartung (PSB-ES) aprovado pelo Congresso. O presidente da República vetou o projeto e editou a MP prevendo a correção da tabela do IR, mas incluiu uma elevação na alíquota da Contribuição Social sobre

o Lucro Líquido (CSLL) pago pelas empresas prestadoras de serviços — de 1% para 3%. Os deputados não aceitaram a mudança e derrubaram o aumento da CSLL.

Nesta mesma MP, o Executivo incluiu vigência indefinida para o adicional de 2,5 pontos percentuais na alíquota de 25% do IR de pessoas físicas com salário superior a R\$ 2.115. Por acordo entre

governo e os partidos políticos, o adicional será cobrado apenas até dezembro deste ano.

Entre as outras seis MPs estão duas que abrem créditos extraordinários a ministérios e uma que regulamenta a cobrança de imposto de renda das entidades fechadas de previdência complementar. Ela detalha a cobrança do IR depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu disputa de dez anos entre a Receita Federal e os fundos de pensão sobre a incidência de imposto sobre suas aplicações financeiras.

A votação das MPs pode enfrentar restrições do líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), que ameaçou obstruir a pauta do Senado se o presidente da Câmara, Aécio Neves, não colocar em votação projeto de decreto legislativo que anula a decisão do TSE sobre alianças partidárias.

Governo será responsável por trancamento da pauta, diz Fogaça

O senador José Fogaça (PPS-RS) rebateu a interpretação do governo de que as novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias (MPs) estejam provocando a paralisação da pauta do Congresso. Segundo disse, o que está trancando a pauta da Câmara dos Deputados é o excesso de MPs editadas pelo Executivo.

— As novas regras foram aprovadas, deliberadamente, para evitar a edição desnecessária de novas medidas provisórias. Quando o presidente da República lança mão desse instrumento desnecessariamente, o castigo vem a jato. O novo modelo foi pensado exatamente para criar dificuldade e fazer com que o presidente pense dez vezes antes de utilizá-lo.

Para Fogaça, "é um castigo pedagógico, uma palmatória exemplar" o que está ocorrendo com a pauta de votações da Câmara, referindo-se às duas dúzias de MPs que estão aguardando votação naquela Casa.

O senador considerou animador o fato de o Executivo ter manifestado interesse na criação de comissões mistas especiais para analisarem as medidas provisórias. Fogaça lembrou que ele próprio já havia recomendado a adoção dessa providência, que foi descartada porque temeu-se que a comissão pudesse se tornar "poderosa demais".

O senador Edison Lobão (PFL-MA), em aparte, observou que os ministros, e não o presidente da República, são os responsáveis pelo excesso de MPs. Ele lembrou que o próprio Fernando Henrique não se opôs quando o Senado propôs as modificações que hoje estão vigorando para edição das MPs.

— Mas parece que os ministros gostam das facilidades proporcionadas pelas medidas provisórias e acabam levando o presidente a editá-las em demasia. Se eles quiserem continuar errando, vão fazê-lo em prejuízo da nação e do próprio governo — disse.

Para presidente do Senado, Executivo comete abuso

Em resposta ao discurso do senador José Fogaça, o presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que o excesso de MPs encaminhadas pelo Executivo ao Congresso caracteriza "abuso".

Na opinião de Tebet, na situação atual, "a MP ora é um tiro no pé do Legislativo, ora é um tiro no pé do Executivo". Ele considerou plenamente justificável que o Congresso tenha de votar uma MP sobre débitos dos agricultores, até porque eles estão precisando de uma solução para suas dívidas. Mas considerou "um absurdo" que o Legislativo tenha de votar

matérias sem urgência e relevância. Como exemplo, afirmou que a legislação obriga o Parlamento a votar MPs sobre o mercado atacadista de energia, extinção de gratificação de servidores e secretaria de governo.

— Não sei se isso é urgente e relevante, mas, se não colocar em votação, não posso dar andamento a matérias importantes. O país precisa saber que o Congresso está cumprindo seu dever. Outro dia criamos uma secretaria de governo. Onde está a urgência e relevância de uma secretaria de governo?

Lobão defende rejeição de medida provisória sem relevância

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que o Congresso não deve mais tolerar a edição de medidas provisórias (MPs) que não atendam aos critérios de urgência e relevância exigidos pela Constituição. O senador participou ontem de debate em Plenário sobre a possibilidade de que a grande quantidade de medidas provisórias emitidas pelo governo tranque a pauta de votação.

Lobão afirmou que, nesses ca-

sos, as medidas provisórias deveriam ser rejeitadas ainda nas comissões, evitando o trancamento da pauta e permitindo a votação de propostas importantes. O senador defendeu que as comissões examinem com maior atenção as MPs e rejeitem as que não são urgentes e relevantes.

Conforme disse, as novas regras de tramitação de MPs, que determinam a obstrução das pautas da Câmara e do Senado se as medidas não forem votadas, devem le-

var os parlamentares a análise mais atenta das propostas.

— Não se votará nenhum projeto enquanto houver uma medida provisória para ser votada. O Congresso não pode ser paralisado por MPs que nada têm a ver com urgência ou relevância. Ou seja, questões de menor importância não podem ser mais objeto de medidas provisórias. O Congresso nunca levou isso em consideração pelo fato de que as medidas iam se amontoando e

não obstruíam a pauta de votações — comentou o senador.

Lobão ressaltou que o presidente Fernando Henrique Cardoso era um crítico das medidas provisórias na época em que era senador. Ele se solidarizou com o presidente do Senado, Ramez Tebet, que colocou em dúvida a urgência de várias medidas provisórias, que se não forem votadas hoje impedirão a realização de várias deliberações importantes.



Edison Lobão: Congresso não pode mais tolerar MPs que não atendam à Constituição

Comissão examina autorizações para crédito externo no total de US\$ 340 mi

Maiores operação, no valor de US\$ 150 milhões, é de interesse do governo de Santa Catarina, que pretende aplicar os recursos na execução de obras do programa rodoviário do estado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar hoje, a partir das 10h, pedidos de autorização de operações de crédito externo superiores a US\$ 340 milhões. As mensagens encaminhando as solicitações têm pareceres favoráveis dos relatores.

A operação de maior valor deve beneficiar o estado de Santa Catarina, que pretende aplicar US\$ 150 milhões, a serem contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no quarto estágio

do programa rodoviário do estado. O governo catarinense deseja ainda tomar US\$ 62,8 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird – Banco Mundial), destinados ao Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor (Prapem).

Uma outra operação, de US\$ 24 milhões, deverá ser contratada entre o governo de Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), com

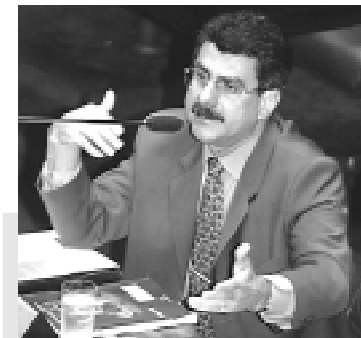
vistas à pavimentação asfáltica de 284 quilômetros da rodovia MS-384, nos trechos Antônio João-BelaVista-Caracol-Entroncamento com a BR-267.

Mato Grosso do Sul pretende realizar outra operação de crédito com o Fonplata, no valor de US\$ 6,147 milhões, visando ao financiamento parcial do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas e de Preservação do Córrego Sóter.

Operação de crédito externo no valor de US\$ 30 milhões deverá ser contratada junto ao

BID pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), destinando-se os recursos ao Programa de Crédito Produtivo Popular para o Nordeste (Crediamigo).

A CAE deve examinar na mesma reunião pedido de autorização para que seja contratada, com aval da União, operação de crédito externo no valor de US\$ 68 milhões, entre o governo brasileiro e o Bird, destinando-se os recursos ao Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação do Programa de Saúde da Família no Brasil.



Audiência para discutir mudanças na movimentação do FGTS foi proposta por Romero Jucá

Alterações no Fundo de Garantia em debate na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discute hoje, em audiência pública, oito projetos de lei do Senado alterando a movimentação das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O debate, marcado para depois da Ordem do Dia, deve contar com a presença do diretor de Transferência de Benefícios da Caixa Econômica Federal (CEF), José Renato Corrêa de Lima, do secretário-executivo do Conselho Curador do FGTS, Paulo Eduardo Cabral Furtado, e do representante da sociedade no grupo de apoio permanente ao Conselho Curador do FGTS, André Luiz de Souza.

Seis projetos prevêem a possibilidade de saque do FGTS para pagamento de encargos e mensalidades nos ensinos médio e superior, além de dívidas do programa de crédito educativo. Os demais tratam do uso de recursos do fundo para a abertura e expansão de negócio próprio pelo trabalhador desempregado e para a quitação de prestações atrasadas de financiamentos habitacionais. A realização da audiência foi solicitada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Na reunião ordinária da CAS amanhã, a partir das 9h, devem ser discutidos projetos que tratam de questões relacionadas à saúde, como os que dispõem sobre as técnicas de reprodução assistida; o atendimento preferencial a idosos, gestantes, deficientes e crianças de primeira idade no Sistema Único de Saúde (SUS); e a obrigatoriedade de realização de exames para diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito.

De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a proposta que regulamenta a tecnologia de RA, que envolve inseminação artificial e fertilização *in vitro*, deve ser votada na forma de substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC).

Produtores rurais podem ter direito de refinanciar dívida

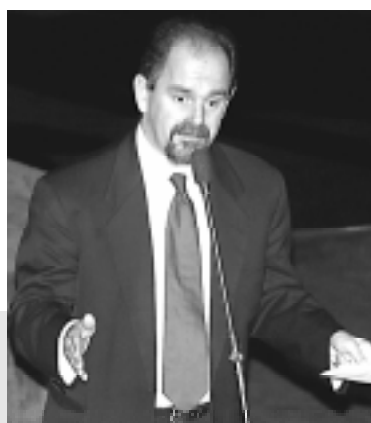
As dívidas dos produtores rurais com o sistema de crédito agrícola oficial no período entre março de 1991 e dezembro de 1999, desde que em valor nunca superior a R\$ 200 mil, poderão ser refinanciadas mediante taxas de juros variando de 1% a 6% ao ano e prazo de cinco anos, com dois de carência, segundo determina projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que deverá ser examinado hoje, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pelo projeto, os assentados do programa de reforma agrária do governo que têm dívidas com o sistema de crédito agrícola terão seus débitos recalculados a uma taxa de juros de 1% ao ano, gozando ainda de um bônus de 40% na forma de desconto das prestações, nos casos de adimplência (pagamento em dia).

Essa mesma taxa de juros será válida para os miniprodutores rurais, subindo para 2% nos casos dos pequenos produtores com renda bruta de até R\$ 50 mil. Os agricultores beneficiados pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) poderão ter seus débitos refinanciados mediante taxa de juros de 3% ao ano. Para os demais produtores, as taxas no refinanciamento previsto por José Eduardo Dutra deverão subir para 6% ao ano.

COMBATE À FOME

A CAE deve discutir nessa reu-



Decisão da CAE sobre o projeto de iniciativa de José Eduardo Dutra será em caráter terminativo

nião mais dois projetos de interesse do setor agrícola – um prevendo a cobrança de tarifas diferenciadas para o fornecimento de energia elétrica ao setor de aquíicultura, de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), e outro, de autoria do senador Carlos Wilson (PTB-PE), propondo que o governo adquira, preferencialmente dos pequenos agricultores, os alimentos destinados ao combate à fome.

Amanhã, a partir das 17h, a CAE realiza nova reunião, dessa vez para ouvir esclarecimentos do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eleazar de Carvalho Filho, sobre a operação de socorro realizada por essa instituição financeira em benefício da empresa Globo Cabo S.A. A audiência foi solicitada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Copom deve prestar contas de suas decisões ao Senado

As decisões de política monetária adotadas no Brasil devem ser claras e amplamente acessíveis a toda a população. É o que propõe o senador Paulo Hartung (PSB-ES) em projeto que deverá ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De acordo com a proposta, as autoridades do Comitê de Política Monetária (Copom) serão obrigadas a prestar contas das suas decisões ao Senado.

O projeto recebeu parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA), que apresentou substitutivo alterando o período previsto para a prestação de contas do Copom. Hartung pretende que as autoridades do Copom prestem contas das suas decisões no máximo uma semana após a reunião do comitê. Já o senador Bello Parga acha que a prestação de contas pode acontecer apenas duas vezes por ano, nos meses de junho e dezembro.

Na justificativa do projeto de lei, Hartung lembrou que cabe ao Copom não somente definir os limites de expansão dos meios de pagamento, como também fixar a taxa básica de juros do mercado interno (taxa Selic), que serve de parâmetro para a formação das demais taxas de mercado. Atualmente, a taxa de juros está fixada em 18,5% ao ano.



Hartung quer garantir o acesso da população às deliberações sobre política monetária

O senador destacou que a política monetária de um país é de extrema importância e, como tal, não pode ser tratada de forma hermética, numa espécie de “caixa-preta”, inacessível a todos os cidadãos. “A política monetária é algo que tem a ver com o nível de produção, com a geração de renda e de empregos, e não pode ser tratada de forma incompreensível para a sociedade”, argumentou.

Como o Senado é responsável pela sabatina e aprovação prévia das indicações feitas pelo presidente da República para os cargos de direção do Banco Central, Paulo Hartung entende que cabe exatamente a esta Casa legislativa cobrar mais clareza das decisões de política monetária.

Fotos: José Cruz

Parlamentares apóiam Argentina e discutem saídas para a crise

Os desdobramentos da crise argentina foram o principal foco de discussões na reunião da mesa diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada nos dias 11 e 12 deste mês, em Buenos Aires. Além dos debates parlamentares travados no Senado da Argentina, os participantes tiveram um encontro com o presidente Eduardo Duhalde e com o chefe da delegação do Fundo Monetário Internacional (FMI) junto ao governo argentino, Anoop Singh, com quem analisaram saídas para restabelecer a normalidade no país.

Durante a audiência com Duhalde, o presidente da representação brasileira, senador Roberto Requião (PMDB-PR), reiterou o apoio do Congresso Nacional à Argentina e propôs a abertura total do mercado brasileiro aos produtos argentinos. Requião também expôs algumas propostas discutidas pela mesa diretora do colegiado, como a criação de um fundo sul-americano de ajuda à Argentina e a adoção do sistema de trocas comerciais nas respectivas moedas nacionais.

Já no encontro com o chefe da



Requião participou da reunião da mesa diretora da Comissão do Mercosul

delegação do FMI, Roberto Requião manifestou a preocupação do Legislativo brasileiro em relação à pressão sofrida pela sociedade argentina, com o risco de rompimento da normalidade democrática. Na sua opinião, os países em desenvolvimento, as economias industrializadas e o FMI precisam assumir a co-responsabilidade pela resolução dessa crise. Em resposta, Anoop Singh voltou a atrelar a ajuda financeira ao país à implementação de um programa de ajustes pelo governo argentino.

A representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul contou também com a participação dos senadores José Fogaça (PPS-RS) e Roberto Saturnino (sem partido-RJ), e do deputado federal Júlio Redecker (PPB-RS). Além da manifestação de solidariedade dos Parlamentos do Mercosul para com a Argentina, as delegações presentes ao encontro expressaram sua preocupação com os efeitos da crise sobre os países da sub-região e com a prevalência do estado de direito e das instituições democráticas no Cone Sul.

Comissão do Mercosul pode debater relações comerciais com os EUA

A representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul pode promover duas audiências públicas sobre matérias que afetam as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos. Por solicitação do deputado federal Inácio Arruda (PCdoB-CE), a comissão vai votar hoje, a partir das 17h30, requerimentos para a realização de debates sobre a criação da Agência de Promoção de Comércio (Trade Promotion Authority – TPA) dos Estados Unidos e sobre a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

As duas audiências deverão ser promovidas em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). De acordo com o primeiro requerimento de Arruda, projeto de lei criando a agência de comércio já foi aprovado, em dezembro de 2001, pela Câmara de

Representantes dos Estados Unidos, seguindo, em fevereiro passado, para a Comissão de Finanças do Senado norte-americano. Quanto à Alca, o deputado defende a discussão das consequências de sua implantação com setores da sociedade brasileira.

Da pauta da reunião, com cinco itens, também consta a votação de parecer favorável do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ao acordo firmado entre o Brasil e a Argentina, em maio de 2001, para o provimento da capacidade espacial dos dois países. Será examinada ainda a complementação do relatório da senadora Emília Fernandes (PT-RS) a projeto de decreto legislativo do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), convocando plebiscito sobre a suspensão, pelo prazo de 20 anos, das negociações para o ingresso do Brasil na Alca.

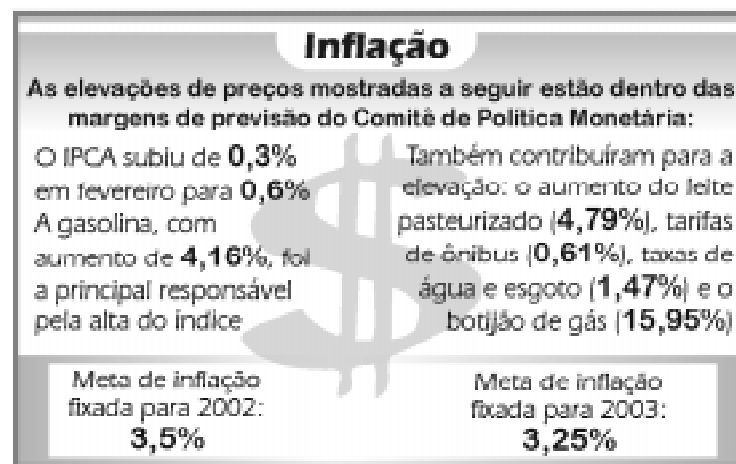
Távola diz que estabilidade monetária "veio para ficar"

Líder do governo no Senado não vê risco de explosão inflacionária, apesar de alguns aumentos de preços e da manutenção da taxa de juros

Apesar de alguns transtornos trazidos pela interrupção da queda nas taxas domésticas de juros e por uma onda de aumentos de preços de energia, combustíveis e tarifas públicas, a inflação brasileira não corre neste momento nenhum risco de explosão, avaliou o líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ). "A estabilidade monetária veio para ficar", afirmou, acrescentando, porém, que faz restrições à política de aumento de preços dos derivados de petróleo e de energia elétrica da maneira como vem sendo praticado.

Utilizando o raciocínio desenvolvido pelo candidato do PSDB à Presidência da República, senador José Serra (SP), Artur da Távola explicou que o procedimento mais correto, com relação aos preços dos derivados do petróleo no mercado interno, seria a adoção de uma metodologia que levasse em conta, na hora de calcular o preço final, não somente a variação dos preços internacionais, mas também a produção interna da Petrobras, que responde por 80% do consumo nacional.

Essa produção – lembra o senador, citando o candidato do PSDB – tem custos em reais, e não em dólares. Assim, a variação dos preços externos do petróleo deve influenciar somente 20% dos preços domésticos do produto, já



que esse é o percentual de importações para o abastecimento interno.

Artur da Távola entende, ainda, que embora tenha sido justo o aumento dos preços das tarifas de energia elétrica, que no Senado teve o seu apoio, o assunto poderia ter sido tratado de maneira diferente, buscando-se outras alternativas.

Para o líder do governo no Senado, os anos eleitorais trazem em si uma enorme fonte de pressões e "há um visível conflito entre a classe política e a implacabilidade dos dados técnicos da economia". Isso é inevitável, observou, e deve



Távola: aumento de preços dos derivados de petróleo deve considerar produção nacional

haver esforço no sentido de que se impeçam "certos aumentos de preços desnecessários", conduzindo-se a questão de outro modo. Há, segundo Artur da Távola, "formas menos traumáticas" para se conseguir os mesmos resultados econômicos

que se quer obter pelos aumentos de preços e tarifas, que são soluções mais simplistas. Ele entende, contudo, que foi correta a posição do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter estáveis as taxas de juros, como medida cautelar contra a inflação.

Saturnino aponta equívoco na política econômica

Para o senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), a atual política do governo comete grave equívoco ao buscar o controle inflacionário por meio do ajuste fiscal a qualquer custo e da manutenção de juros elevados.

O governo, afirma o senador, não

consegue evitar aumentos de preços e de tarifas públicas. Segundo ele, ainda virá aí, nos próximos dias, o que deverá incomodar ainda mais a população, um aumento das tarifas telefônicas, que já vem cau-



Roberto Saturnino afirma que governo desestimula produção

sando polêmica entre a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e o Banco Central.

Conforme Saturnino, a manutenção dos juros nos atuais patamares, de 18,5% (taxa Selic) ao ano representa desestímulo à produção. Na outra ponta, o governo está promovendo o ajuste fiscal, cortando investimentos sociais e contendo gastos, vale dizer, "reduzindo também os níveis de emprego na economia". O resultado disso, acrescentou, é um quadro recessivo. Controla-se a

inflação, mas a um custo social extremamente elevado.

O senador defendeu uma política econômica que busque o controle da inflação mediante o aumento da oferta, e não pelo controle da demanda.

–Pela expansão da oferta – afirma – o país conseguiria gerar mais crescimento econômico, mais empregos e menor nível de inflação.

Saturnino observa que a atual política econômica traça um quadro extremamente cruel e corre ainda o risco de trazer de volta a inflação, à medida que o governo não consegue deter aumentos de preços e de tarifas de setores importantes na composição dos índices de preços.

Iris pede aprovação rápida de projetos contra violência

Opinião pública ficará frustrada se não forem votadas logo as 24 propostas encaminhadas pela Comissão de Segurança, adverte senador

Ao fazer um balanço dos trabalhos da Comissão Mista de Segurança Pública, da qual foi presidente, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) advertiu deputados e senadores de que haverá uma grande frustração na opinião pública se não forem aprovados, com celeridade, os 24 projetos que resultaram dos mais de 60 dias de funcionamento da comissão. Para agilizar essa aprovação, alguns já iniciaram sua tramitação pelo Senado, enquanto outros estão tramitando na Câmara dos Deputados.

Iris disse que o Brasil precisa acreditar em suas potencialidades para vencer o problema da criminalidade, o mais grave que a sociedade enfrenta, neste momento.

— Urge aprovar as medidas necessárias para diminuir os índices de criminalidade, exigindo do Executivo a firme decisão política de não dar tréguas à violência e oferecer sistemas avançados de educação, saúde e geração de empregos para direcionar os cidadãos para o caminho do bem — afirmou.

Entre as modificações mais importantes que a comissão aprovou, o senador ressaltou as mudanças no Código de Processo



Iris: Executivo deve oferecer sistemas avançados de educação, saúde e geração de emprego

Penal para reduzir tanto o número de recursos quanto a duração dos processos criminais, tentando acabar com a morosidade da Justiça. A comissão também aprovou punições mais rigorosas para crimes de grande potencial ofensivo, como tráfico de armas, narcotráfico e o crime organizado.

Em relação aos crimes de seqüestro, que aterrorizam a população das grandes cidades, a comissão propôs um agravamento das punições, lembrou Iris. Os crimes de terrorismo e de lavagem de dinheiro foram finalmente enquadrados na legislação penal, enquanto novas tipificações cri-

minais foram reconhecidas, como seqüestro-relâmpago (extorsão mediante privação de liberdade), clonagem de cartão e de celular, pedofilia na Internet e roubo e receptação de carga.

Iris citou como grande avanço o projeto de unificação das duas polícias, civil e militar, elaborado com a colaboração das duas corporações e de autoridades e especialistas. A proposta prevê a unificação num prazo de oito anos, ao término do qual as polícias integrarão uma nova força, denominada polícia estadual.

O senador destacou, ainda, a importância da medida que trará um combate mais efetivo à corrupção, consubstanciada na proposta em que o condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime de cumprimento de pena condicionada à reparação do dano que causou ou à devolução do benefício que auferiu.

Em aparte, Bernardo Cabral (PFL-AM) aplaudiu a atuação firme de Iris na presidência da comissão. Mauro Miranda (PMDB-GO) apontou o trabalho árduo realizado pela comissão.

Álvaro aplaude FHC por apoiar proposta da CPI do Futebol

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) cumprimentou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso por ter assinado, na última quinta-feira, o projeto de lei apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol, presidida por ele. O senador ressaltou o empenho do ministro dos Esportes, Caio Luiz de Carvalho, que pouco mais de 20 dias após ter assumido a pasta deu encaminhamento à proposta da CPI.

— Com o aval do presidente da República, com o Poder Executivo subscrevendo esta proposta de lei, teremos uma tramitação agilizada na Câmara dos Deputados, com o apoio das lideranças do governo — afirmou o senador, lembrando que a oposição já apoia o projeto.

Álvaro manifestou sua expectativa de que também o Senado

aprove a matéria em curto espaço de tempo, possibilitando que o presidente da República sancione a matéria ainda este semestre.

O senador quantificou a “grande importância econômica e social” dos esportes, que respondem por até 4% do Produto Interno Bruto (PIB) de países desenvolvidos. No Brasil, no entanto, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) trazidos pelo parlamentar, os recursos movimentados com o esporte correspondem a apenas 1,6% do PIB brasileiro. O senador acrescentou que apenas o futebol movimentaria US\$ 250 bilhões por ano em todo o mundo.

— Deixar de explorar o futebol como atividade econômica é irresponsabilidade e falta de visão pública — disse. Para o senador, isso significa “deixar de gerar empre-



Álvaro: nova lei vai gerar emprego, renda e receita pública

go e renda para atender ao desejo de enriquecimento ilícito por dirigentes de alguns clubes”.

Álvaro mencionou que o Congresso Nacional aguarda a conclusão, pelo Ministério Público, das investigações criminais propostas pela CPI, para que sejam feitas as denúncias dos “cartolas responsáveis por tantas falcatruas e tanta corrupção”.

Para Álvaro, a nova legislação irá gerar “mais empregos, renda e receita pública”, contribuindo “de forma mais expressiva para o processo de desenvolvimento econômico e social do país”. Ele lembrou que a proposta obriga a implantação, nos clubes, de uma gestão empresarial.

Patrocínio quer regular atividade de lobistas

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) defendeu ontem a regulamentação das atividades desenvolvidas por lobistas, com a aprovação de projeto de lei de autoria do então senador Marco Maciel, hoje vice-presidente da República, já examinado pelo Senado e em tramitação na Câmara dos deputados desde 1990, com pedido de regime de urgência.

Patrocínio disse que os legisladores encontram-se restritos à própria esfera de competência e às audiências das comissões e o lobby exercido por profissionais tecnicamente preparados pode esclarecer dúvidas dos parlamentares, complementando as informações necessárias a uma tomada de decisão.

— Como impedir que os cidadãos escrevam aos deputados e senadores, solicitando-nos voto favorável ou contrário a determinada proposição? E os abaixo-assinados que freqüentemente chegam aos nossos gabinetes com o mesmo objetivo? E os telefonemas? São técnicas de lobby bastante comuns e legítimas, muito diferentes de tráfico de influência ou de



Carlos Patrocínio lembra que projeto de Marco Maciel está tramitando na Câmara

corrupção — argumentou.

Patrocínio observou que as camadas sociais culturalmente mais elevadas costumam relacionar o lobby a atividades desonestas, que têm por objetivo subornar ou corromper as autoridades constituídas nos Três Poderes. Ele disse que apenas uma minoria compreende as funções do lobista e a importância da atuação desses profissionais. O senador lembrou o processo desenvolvido nos Estados Unidos para regulamentar, em 1946, a atividade do lobista, “alguém com suficiente competência para explicar e argumentar em favor das necessidades dos indivíduos ou grupos”.

Alberto Silva apoia transporte no Rio Parnaíba



Alberto Silva recebe empresários do setor de navegação

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) recebe hoje dois dirigentes da Empresa de Navegação Caramuru, de São Paulo. No encontro, o senador vai apresentar o resultado de um estudo feito sobre o Rio Parnaíba (“O Velho Monge”) que demonstra a viabilidade do transporte comercial no principal rio piauiense.

Os empresários, observou Alberto Silva, vêm ao Senado Federal conhecer os resultados do trabalho feito pela Secretaria do Meio Ambiente do estado e pela Secretaria Municipal de Projetos Especiais sobre o potencial do rio. “Espera-se que eles possam se interessar pela insta-

lação de suas empresas naquela região.”

O senador salientou que a implementação do transporte no Rio Parnaíba vai garantir o carregamento de toneladas de produtos agrícolas, que poderão ser produzidos no cerrado piauiense, gerando milhares de empregos no campo.

Alberto Silva explicou que os produtos agrícolas do cerrado deverão ser transportados para Teresina, onde serão industrializados e exportados para outros países pelos navios da Companhia Vale do Rio Doce.

Senado realiza Semana de Odontologia

Começou ontem e vai até a próxima sexta-feira a II Semana Científica de Odontologia do Senado Federal, promovida pela Secretaria de Assistência Médica e Social (SAMS) com o apoio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Durante o evento, serão realizados dez cursos com especialistas e professores das áreas de prevenção, tratamento e reabilitação odontológica para adultos e crianças. Esses cursos, que acontecerão pela

manhã e à tarde, são gratuitos e abertos ao público.

Para o último dia da programação, está prevista a visita às dependências da SAMS de 100 crianças do Caic Madre Paulina, do Paranoá, (cidade satélite de Brasília) e da Escola Rural Café sem Troco e de 20 filhos de servidores da SAMS que irão participar de uma atividade denominada “Escovódromo”, destinada a ensinar as crianças a escovar corretamente os dentes.



Mauro Miranda afirma que medidas simples podem facilitar locomoção de deficientes

Mauro quer cidade solidária com deficiente

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fez apelo à classe política – especialmente aos prefeitos, vereadores e governadores – para que se solidarizem com os portadores de necessidades especiais e promovam medidas de adaptação e humanização dos espaços urbanos. Segundo ele, o portador de deficiência nem sequer tem garantido o direito constitucional de ir e vir.

– São homens, mulheres, jovens, velhos e crianças prisioneiros de um crescimento urbano insensível às suas dificuldades, que se locomovem apenas em ocasiões estritamente necessárias, como para tratamento de saúde, quando são obrigados a enfrentar calçadas e meios-fios não rebaixados e a falta de adaptação dos veículos de transporte coletivo – afirmou Mauro.

Um avanço significativo poderia ser rapidamente obtido, na avaliação do senador, com medidas simples como a construção de rampas com no mínimo 80cm de largura em todos os locais com desnível acima de cinco centímetros e a instalação de sanitários rebaixados, com porta em largura adequada, barras de apoio e espaço suficiente para manobrar uma cadeira de rodas.

Outras sugestões de Mauro foram a implantação de mecanismos para facilitar o embarque e o desembarque em veículos coletivos e a realização de obras de adequação em espaços públicos ou semipúblicos.

ESTRADAS

Falando também em nome dos senadores Iris Rezende e Maguito Vilela, ambos do PMDB goiano, Mauro cobrou do Ministério dos Transportes a recuperação das estradas federais em Goiás. Ele disse que as rodovias estão em péssimo estado, dificultando o escoamento da produção.

Freire exige que governo ponha fim a pressão contra presidente da Anatel

Segundo o senador, dirigentes das agências reguladoras não são funcionários do Executivo, mas agentes do interesse público, e Antônio Carlos Valente “está cumprindo de forma correta seu papel”

O senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que o presidente da República tem que determinar ao ministro Pedro Parente que pare de pressionar o presidente interino da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Antônio Carlos Valente. Freire disse que Valente está cumprindo de forma correta seu papel de agente público ao denunciar a ação de um grupo privado de telecomunicações, que chegou a usar o Banco Central para divulgar estudo “que não pode ser levado a sério”.

– No princípio, pensou-se que o estudo era sério, ao denunciar

uma grave crise no setor de telecomunicações por meio do presidente do Banco Central. Depois, viu-se que não há qualquer seriedade no documento, que foi elaborado por uma das empresas do setor. O presidente da Anatel, que tem mandato e foi aprovado pelo Senado, agiu corretamente ao denunciar as pressões escusas – disse o senador.

Freire acrescentou que a criação das agências reguladoras foi um avanço, porque os cidadãos, os contribuintes e os consumidores estão representa-



Roberto Freire considera criação das agências reguladoras “um avanço”

dos e o agente público pode agir sem submeter-se à pressão do governo e da burocracia estatal.

O senador admite que houve erros de imprecisão na geração e distribuição de energia elétrica, por exemplo, mas observou que o modelo é correto.

– O presidente da República tem que chamar o ministro Pedro Parente e dizer a ele que pare de pressionar o presidente da Anatel. Ele precisa é apurar o episódio que envolveu o Banco Central e deixar que o agente público cumpra sua obrigação, para a qual foi aprovado pelo Senado Federal. Os presidentes das agências reguladoras não são funcionários do Executivo, mas agentes do interesse público – ressaltou Freire.

Comissão analisa nome de novo diretor para agência

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina hoje, às 14h30, mensagem do presidente da República indicando Luiz Guilherme Schymura de Oliveira para o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na vaga antes ocupada por Renato Navarro Guerreiro.

Na mesma reunião, a CI decide se convida os ministros dos Transportes, João Henrique de Almeida Souza, e de Minas e Energia, Francisco Luiz Sibut Gomide, para debater, respectivamente, as mais condições das estradas federais brasileiras e a situação do Programa Energético Nacional, com destaque para o andamento das obras das usinas termelétricas. O comparecimento dos ministros dependerá da aprovação de requerimentos apresentados pelos senadores Mauro Miranda (PMDB-GO) e Roberto Saturnino (sem partido-RJ), respectivamente.

A CI vota ainda requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) solicitando realização de audiência pública com representantes das cinco maiores empresas de transporte aéreo regional em operação no país (Meta, Penta, Rico, Tavaj e Taba), com a finalidade de instruir projeto que trata do adicional tarifário para linhas aéreas regionais suplementadas.

Outro requerimento a ser analisado pela CI é o do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que pede o comparecimento do presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, para esclarecer as medidas que estão sendo tomadas visando à ampliação e melhoramentos nos aeroportos brasileiros com o objetivo de incrementar o turismo no país.

Em caráter terminativo, a comissão, presidida pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI), vota também projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a adoção do horário de verão nos estados de Goiás e do Tocantins e no Distrito Federal. O relator da matéria, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), é favorável ao projeto, mas o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) irá apresentar voto em separado contrário à aprovação da matéria, por entender que o horário de verão, além de possibilitar considerável economia de energia elétrica, está sendo aprovado pela maioria da população.

Constam da pauta ainda o projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que trata da instalação de aparelho para medição de pulsos telefônicos no sistema telefônico fixo e no serviço móvel celular, além de três proposições que visam à inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação.

Executivo não tem intenção de ajudar teles, afirma Jucá

Em nome da liderança do governo, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) esclareceu em Plenário, ontem, que a União não pretende criar qualquer tipo de programa de ajuda para as companhias telefônicas. Com a afirmação, o senador contestou o noticiário do fim de semana, segundo o qual estaria em andamento um “Protel”, programa de socorro às telefônicas assemelhado ao promovido para os bancos, o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional).

Jucá disse que esteve ontem pela manhã com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que foi en-

fático em afirmar que não existe nenhum programa ou qualquer ação do governo no sentido de criar um Proer para empresas de telecomunicações do Brasil.

– Foi nada mais que um mal-entendido que alcançou repercussões políticas maiores. Não há intenção ou estudo do governo. A Anatel é um órgão bem estruturado e vai continuar a exercer seu papel de fiscalizar e regulamentar o setor – disse.

Segundo o senador, as especulações surgiram em decorrência da análise, pelo Banco Central, de documento enviado por um dos diretores à Câmara de Gestão Econômica.



Ramez Tebet destacou, durante o encontro, a importância da Anatel para o desenvolvimento do setor de telecomunicações

Tebet recebe dirigentes da ANATEL

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem visita de cortesia do presidente interino da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Antônio Carlos Valente. Tebet destacou, no encontro, a importância da Anatel para o desenvolvimento do setor de telecomunicações brasileiro. Também participou da audiência o presidente do Conselho Consultivo da Anatel, Carlos de Paiva Lopes.

Simpósio sobre educação infantil será aberto hoje

Promovido pela CE, evento pretende incentivar amplo debate sobre questões como formação de professores e financiamento do setor

A educação infantil é tema de um amplo simpósio que começa hoje, promovido pela Comissão de Educação (CE), com a participação de especialistas de todo o país. Durante dois dias, estarão em debate temas como a importância da educação nos primeiros anos de vida, o financiamento da educação infantil e a formação de recursos humanos para o setor.

A abertura do evento, marcada para as 9h no Auditório Petrônio Portella, contará com a presença dos presidentes do Senado, Ramez Tebet; da Câmara, Aécio Neves; e da CE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES). Também deverão comparecer à cerimônia o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a presidente da Comissão de Educação da Câmara, deputada Esther Grossi (PT-RS), e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Fernando Bezerra (PTB-RN), entre outras autoridades.

Ao final do simpósio, amanhã,

Tebet: Senado tem tratado com seriedade questões da infância

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou em Plenário que o seminário sobre educação infantil que começa hoje, “é de transcendental importância” por buscar caminhos para o total apoio à infância no país. Ele sustentou que os senadores vêm tratando o assunto com seriedade, lembrando que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na semana passada projeto de sua autoria que agrava as penas para os crimes contra as crianças.

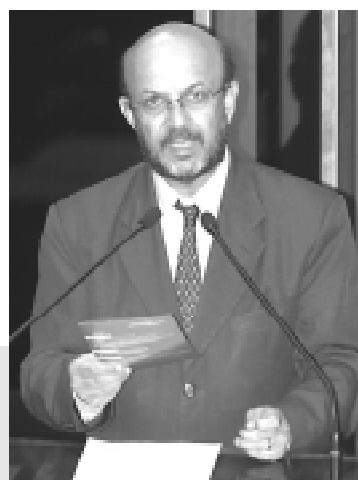
— Nossas crianças têm de ser protegidas. Tive muita satisfação em ver meu projeto, que teve parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), ser aprovado e encaminhado à Câmara — disse Tebet.

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES), presidente da Comissão de Educação, afirmou que, entre outras coisas, durante o seminário serão discutidos caminhos para se cumprir o Plano Na-

cional de Educação, que objetiva ser aprovada e divulgada uma carta de compromisso com metas nacionais, estaduais e municipais para a educação infantil. E para a quinta-feira, está prevista a realização, na Universidade de Brasília, da XIII Reunião do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, que integra a Semana Unesco de Educação para Todos.

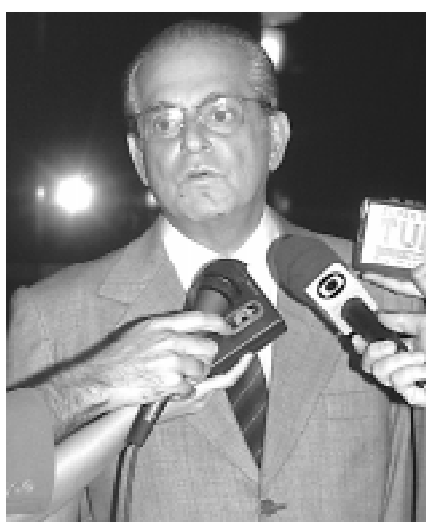
— Pretendemos incluir a expansão e o aperfeiçoamento desse tema na agenda política brasileira — explicou Ricardo Santos, que propôs a realização do evento.

Segundo o presidente da CE, desde os anos 80 tem crescido a demanda por educação infantil, em grande parte como consequência da maior participação da mulher no mercado de trabalho, mas também devido ao avanço no conhecimento científico sobre o desenvolvimento da criança.



Seminário abordará estratégias para ampliar acesso à pré-escola, diz Ricardo Santos

cional de Educação, que objetiva colocar na pré-escola, em dez anos, todas as crianças brasileiras de quatro a seis anos — hoje o percentual é de 45%. O mesmo plano pretende, no período, elevar de 10% para 50%, o percentual de crianças em creches.



Ramez Tebet, presidente do Senado, participará da abertura do seminário

Ricardo Santos exalta obra de violonista capixaba

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) registrou em discurso ontem o lançamento do livro *O Pescador de Sons*, sobre a vida e a obra do violonista capixaba Maurício de Oliveira, “o mais importante músico do Espírito Santo, com 77 anos e em plena atividade”. O livro é de autoria do jornalista e escritor Marien Calixte.

— O livro conta a vida e fala da obra erudita e popular do violonista, residente em Vitória, onde nasceu e de onde nunca quis sair. Homem de hábitos simples, filho de pescador, Maurício de Oliveira tem sido ao longo de sua vida motivo de grande orgulho para todos nós capixabas — acrescentou.

Conforme o senador, acompanha a publicação um disco compacto (CD) com 13 faixas, a última delas um depoimento do músico sobre sua composição “Canção da Paz”, apresentada no Festival de Música de Varsóvia, em 1955, quando obteve o segundo lugar. Santos disse que Maurício de Oliveira foi o primeiro brasileiro a gravar toda a obra para violão de autoria de Heitor Villa-Lobos.

Emilia destaca abertura de universidade estadual gaúcha

Definindo o evento como motivo de orgulho para todo o povo gaúcho, Emilia Fernandes (PT-RS) registrou, ontem, a abertura oficial do primeiro ano letivo da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Ela informou que a instituição destinou 50% de suas vagas a estudantes de baixa renda e 10% a alunos portadores de necessidades especiais.

A senadora disse que a universidade buscará, a partir de experiências populares em diferentes contextos culturais, “produzir conhecimento que possa ser desdobrado em soluções visando ao desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável”.

Emilia explicou que o projeto da UERGS foi o primeiro do exercício legislativo de 2001, tendo Olívio Dutra providenciado para que fosse imediatamente sancionado. Ela salientou que a agilidade na aprovação e implantação da proposta se deveu à mobilização popular em defesa do projeto.

Segundo a senadora, “a transformação desse sonho em realidade sintetiza traços fundamentais do comportamento, aspirações, desejos e utopias do povo



Emilia Fernandes: UERGS propõe formar profissionais éticos, participativos e cidadãos

gaúcho”. Em sua avaliação, isso faz com que a UERGS também assuma “um enorme compromisso com a sociedade rio-grandense, com suas vontades e necessidades”.

— Esta universidade nasce com a proposta de formar profissionais éticos, participativos e cidadãos, que possam atender às necessidades econômicas da região — disse.

Ao inaugurar a UERGS, destacou Emilia, Olívio Dutra reafirma o compromisso com a educação como parâmetro definidor de desenvolvimento, distribuição de renda, justiça social, soberania e igualdade na sociedade.

— E isto é inovador, justamente porque este país não sabe o que é valorizar a educação e respeitar os professores — concluiu.

Lauro Campos protesta contra prisão de brasileiro em Israel

O senador Lauro Campos (PDT-DF) manifestou preocupação com a situação de um dos dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Mário Lill, que em visita de solidariedade ao líder palestino Yasser Arafat, foi preso por milita-



Para Lauro Campos, é preciso mais empenho das autoridades brasileiras

res israelenses. O parlamentar reclamou do atendimento que a representação diplomática de Israel lhe dispensou e informou que não há informação sobre o paradeiro do brasileiro.

— O Brasil não pode ficar de braços cruzados — protestou Lauro Campos, que cobrou empenho das autoridades brasileiras para que Mário Lill seja libertado.

Lauro Campos disse que, ao buscar informações na Embaixada de Israel, foi obrigado a aguardar cerca de uma hora em uma

guarita. Quando conseguiu ser atendido por um funcionário, este o questionou se havia protestado contra a morte de um turista brasileiro, vítima de um atentado terrorista, em Jerusalém, no fim de 2001.

— É muito diferente a situação do turista e a de Mário Lill. Erros de um grupo isolado não podem ser comparados aos de um Estado — afirmou o senador.

A prisão de Mário, continuou o senador, fere normas do direito internacional e tratados de guerra, já que, na sua avaliação, o dirigente do MST foi seqüestrado pelos militares. Ele lembrou que Mário integrava delegação internacional juntamente com o ativista francês José Bové que, embora barrado no aeroporto de Telaviv, não teve problemas para voltar à França.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Álvaro Dias e Mauro Miranda